



MUNICÍPIO DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ENDEREÇO:	Rua Bernardino Monteiro, 96, Centro, Muqui – ES, CEP: 29.480-000.
TELEFONE:	028 31990456.
E-MAIL:	administração@muqui.es.gov.br

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o cumprimento integral das obrigações legais previstas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como das exigências do e-Social, especialmente o evento S-2240, que exige o envio detalhado das condições ambientais de trabalho e exposição a agentes nocivos de todos os servidores e colaboradores.

A gestão adequada das Normas Regulamentadoras é essencial para:

- ✓ Assegurar condições seguras e saudáveis de trabalho, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais;
- ✓ Evitar autuações, penalidades e passivos trabalhistas e previdenciários;
- ✓ Garantir regularidade e conformidade legal do órgão público;
- ✓ Integrar em um único contrato os serviços de segurança, saúde ocupacional e treinamentos, promovendo economia, padronização e agilidade na execução.
- ✓ Adicionalmente, a assessoria na NR 23 possibilitará o acompanhamento técnico e documental necessário para a obtenção do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros -ES, contribuindo para a regularização das edificações públicas, ressalvando-se que a elaboração do projeto técnico de prevenção e combate a incêndio não faz parte deste escopo.

ESCOPO DOS SERVIÇOS:

1. Segurança do Trabalho:

- ✓ Elaboração, implantação, atualização e acompanhamento dos documentos obrigatórios, incluindo: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Análise Ergonômica do Trabalho (AET), entre outros previstos nas Normas Regulamentadoras aplicáveis;
- ✓ Identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais;
- ✓ Apoio técnico para adequação das condições de trabalho às normas vigentes;
- ✓ Envio e gestão das informações do evento S-2240 no e-Social.

2. Saúde Ocupacional:

- ✓ Elaboração e execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- ✓ Emissão dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) – admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais;

Observação: os exames complementares (audiometria, espirometria, laboratoriais, etc.) não poderão ser estimados nesta fase, pois sua necessidade será definida após a elaboração do PCMSO, conforme os riscos identificados.

3. Treinamentos Obrigatórios:

- ✓ Planejamento e execução dos treinamentos exigidos pelas NRs, observando conteúdo programático, carga horária e periodicidade legal; Registro da capacitação e emissão dos respectivos certificados;
- ✓ Treinamentos presenciais e/ou em formato remoto, conforme a legislação vigente e as necessidades do contratante.

Rua Bernardino Monteiro, 96 – Centro – MUQUI – ES – CEP.: 29.480-000

Tel/Fax.: (0xx28)

e-mail: juridico@muqui.es.gov.br



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4. NR 23 (Proteção Contra Incêndios)

- ✓ Assessoria e acompanhamento técnico para o cumprimento da NR 23, com vistas à obtenção ou renovação do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo;
- ✓ Organização e acompanhamento dos processos administrativos e documentais junto aos órgãos competentes;
- ✓ Exclui-se deste serviço a elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio, limitando-se a gestão, assessoria e suporte técnico-administrativo.

A contratação de uma única empresa especializada promove a integração total dos serviços de segurança do trabalho, saúde ocupacional e treinamentos, evitando sobreposição de contratos e promovendo gestão centralizada. Reduz custos e riscos trabalhistas, previdenciários e administrativos.

Além disso, padroniza processos e documentos técnicos em toda a estrutura do órgão público, da agilidade e precisão no envio das informações do e-Social (evento S-2240) e suporte técnico especializado para regularização das edificações públicas.

5. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS

A assessoria em segurança do trabalho e saúde do trabalho será com revisão do LTCAT sempre que houver necessidade de alteração em função de mudanças no ambiente de trabalho.

5.1. Realização dos serviços destinados à execução do PCA e PCMSO: monitoramento dos exames médicos ocupacionais específicos a cada função e / ou atividade, exames admissionais, demissionais, periódicos, de mudança de função e retorno ao trabalho, elaboração do cronograma de convocação periódica dos funcionários para exames médicos, elaboração do relatório anual do PCMSO, avaliação dos exames complementares específicos à função / atividade.

5.2. Os laudos de readaptação e avaliação de servidor para exercício ou não de sua função deverão ser efetuados por médico do trabalho em local apropriado na sede/unidade da contratada.

5.3. É de responsabilidade da contratada que o médico que efetuará o exame clínico dispõe de todos os equipamentos necessários para realização de seu trabalho.

5.4. O médico que efetuar o exame clínico deverá emitir o laudo em 03 (tres) vias, sendo 01 (um) para o servidor e 02 (duas) para a municipalidade contendo:

- I. Nome do servidor;
- II. Matrícula;
- III. Função exercida, com sua descrição;
- IV. Motivo para não exercício da função;
- V. Função similar sugerida.

5.6. O exame clínico para homologação de atestado (absenteísmo) ocorrerá quando o servidor apresentar atestado médico superior a 01 (um) dia ou conforme definido pela Contratante, por motivo de doença, acidente de natureza ocupacional ou não e licença maternidade.

5.7. O médico responsável deverá após o exame manifestar-se através de laudo a ser anexado ao processo encaminhando em seguida a Secretaria Municipal de Administração;

5.8. A avaliação clínica para o retorno ao trabalho se dará da seguinte forma:

- a) O exame deverá ser realizado obrigatoriamente no 1º (primeiro) dia de retorno à atividade do servidor ausente, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, por motivo de doença, acidente de natureza ocupacional ou não e licença maternidade;
- b) Para a realização de exame de retorno ao trabalho deve ser considerada



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

principalmente a avaliação clínica voltada para a patologia que motivou o afastamento do trabalho e os respectivos exames complementares julgados necessários;

- c) Caso o Médico do Trabalho, constate que o servidor não apresenta condições de retornar ao trabalho, este será, imediatamente, reencaminhado ao INSS, conforme o caso, para reabertura de benefício;
- d) Após o exame clínico o médico deverá emitir um laudo a ser anexado ao processo e encaminhado em seguida a Secretaria Municipal de Administração no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar a partir da data do recebimento do processo pela empresa responsável.

5.9. Emissão do Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT);

5.10. Analisar e emitir parecer, com base no laudo médico da perícia médica, sobre as atribuições que o servidor readaptado exercer;

5.11. Elaboração, emissão e monitoramento de documento base do perfil profissional previdenciário (PPP) e enquadramento das funções avaliadas em relação à aposentadoria especial, quando necessário;

5.12. Assessoria à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), quando instalada, valendo-se ao máximo de suas observações, além de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR 5;

5.13. Treinamentos sobre aspectos técnicos e legais preconizados nas normas regulamentadoras com abrangência a todos os serviços municipais envolvidos direta ou indiretamente nos seguintes temas:

- a) Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho;
- b) Após a entrega de equipamentos de proteção individual (EPI's), orientar e treinar os trabalhadores sobre o uso adequado guarda e conservação;
- c) Manuseio de materiais perfuro-cortantes aos servidores da secretaria municipal de saúde.
- d) Todos os treinamentos de acordo com as NR (normas regulamentadoras).
- e) Treinamentos a princípios de Combate a Incêndio.

5.14. Assistência técnica em Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalho, nas demandas internas e judiciais;

5.15. Realizar relatório individual de equipamentos de proteção individual, por função, a serem utilizados pelos servidores, bem como a fiscalização mensal no que tange ao cumprimento pelos servidores da utilização do EPI e execução de suas atividades conforme plano de cargos, evitando-se o desvio de função;

5.16. A contratada emitirá, mensal e/ou anualmente, relatório de acompanhamento das orientações constantes do programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO - NR 7), Programa de Conservação Auditiva (PCA), programa de prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) - NR 9), Perfil Profissiográfico previdenciário (PPP) e equipamento de Proteção Individual (EPI), encaminhando para a Secretaria Municipal de Administração os **gargalos encontrados**, com as devidas orientações e indicação do servidor que não estiver cumprindo as normas de segurança, que deverá ser devidamente notificado no ato da constatação da irregularidade.

5.17. Realizar vistoria e emitir laudos para atividades de medidas de segurança contra Incêndio e Pânico, nas dependências de todos os setores da prefeitura municipal, atividades de sistema



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de sistema de **iluminação de emergência**, sistema de **sinalização de emergência**, sistema de **proteção por extintores**, sistema de **proteção por hidrantes e mangotinhos**, entre outros laudos que possam ser emitidas por profissional habilitado em segurança do trabalho.

5.18. A prestação dos serviços poderá ser executado de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 7h às 11h e de 12h30min às 16h30min, conforme acordados entre a Contratada e a Secretaria Municipal de Administração.

5.19. Laudo Técnico de condições ambientais do trabalho - LTCAT e laudos setoriais e individuais de insalubridade e periculosidade.

I. Avaliação, elaboração e emissão de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT compreendendo laudos setoriais e individuais, por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, para fins de comprovação da exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou integridade física do servidor da Prefeitura Municipal de Muqui, assim como, a caracterização ou a ausência de **insalubridade e periculosidade** atendendo ao seguinte:

a. O objetivo da avaliação será pautado na expressão da extensão dos trabalhos executados, necessariamente, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em conformidade com as NR's Portaria MTB 3.214/1978 e do Decreto Nº. 93.214, de 14 de outubro de 1986, abrangendo análise dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, bem como as legislações vigentes quando da celebração da prestação dos serviços;

b. Medições dos agentes nocivos identificados, através de equipamentos adequados e devidamente calibrados, assim como por análises laboratoriais;

c. Verificação das etapas do processo operacional, com sua descrição minuciosa, para efeito de avaliação qualitativa, os possíveis riscos ocupacionais, o tempo e o tipo de exposição ao risco;

d. O documento do LTCAT deverá conter:

- Identificação da instituição; razão Social; CNPJ; endereço contido no CNPJ; Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; ramo de atividade de acordo com o quadro I da NR 4; número de servidores e sua distribuição por sexo;
- Descrição das atividades da instituição;
- Descrição do ambiente de trabalho;
- Divisão de áreas com suas respectivas funções e descrição básica da atividade de cada área;
- Quadro de reconhecimento dos riscos, divididos por função (ou grupo de funções homogêneas de exposição-GHE) contendo as seguintes informações referentes a esta função:
 - a) Secretaria;
 - b) Função;
 - c) Números de Servidores por função;
 - d) Turno de trabalho;
 - e) Descrição da atividade da função;
 - f) Descrição do posto de trabalho;
 - g) Condições ambientais do posto de trabalho contendo informações tais como: tipo de piso, iluminação, ventilação e demais informações estruturais necessárias;
 - h) Indicação das medidas necessárias de proteção individual e coletiva;
 - i) Identificação dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e Equipamentos



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de Proteção Coletiva - EPC's a serem utilizados pelos empregados. Esses equipamentos devem conter o número do Certificado de Aprovação - CA e avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive, se o EPI e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, concluindo com "SIM" ou "NÃO";

- j) Tabela contendo os riscos e exposição;
- k) Tipo de exposição por risco (habitual, permanente, intermitente e ocasional);
- l) Nível de exposição a agentes nocivos para efeito de recolhimento de percentual para aposentadoria especial a ser informado na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;
- m) Fundamentação científica e abordagem da legislação pertinente sobre os riscos identificados, na apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados insalubres ou perigosos e os valores dos correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a sua fundamentação legal.

- n)
- e. Quadro geral de riscos (avaliação qualitativa) contendo os riscos encontrados na Prefeitura, suas fontes geradoras e informações complementares sobre o risco e os métodos de controle possíveis e / ou existentes;
- f. Avaliação quantitativa dos riscos existentes contendo as funções avaliadas, os resultados e os limites de tolerância contidos na NR 15, os equipamentos utilizados, os métodos utilizados e a comprovação da calibração;
- g. Conclusão sobre a existência ou não de insalubridade e periculosidade. Caso exista, indicar quais as funções que deverão receber o agente causador e a porcentagem do adicional a ser pago;
- h. Assinatura do responsável pela elaboração do LTCAT e assinatura do responsável pelas informações fornecidas pela empresa; Nome e identificação do profissional responsável pela elaboração do laudo, número de registro no respectivo Conselho.

OBSERVAÇÕES:

Cada local avaliado deverá ter sua conclusão independente dos demais, na qual deverão constar os nomes dos servidores que fizeram jus ao adicional, registrando-se, ao final, uma tabela com os nomes de todos os servidores com seus respectivos locais de trabalho e seu enquadramento quanto à insalubridade ou periculosidade.

5.20 Elaboração de programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO).

- I. Planejamento, avaliação, elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- II. Confeccionar o PCMSO, com descrição de ações preventivas, descrição dos EPI's a serem utilizados, em atendimento às normativas da NR-7, com descrição completa das atividades desenvolvidas, e ainda elaboração do Quadro III proposto na NR-7;
- III. O documento a ser entregue deverá conter as seguintes informações:
 - a. Indicação de exames admissionais a serem realizados por cargo e setor de trabalho;
 - b. Indicação de exames periódicos a serem realizados considerando a atividade que realiza o agente de exposição, a idade entre outros;
 - c. Indicação de exames demissionais a serem realizados considerando o cargo e atividade desempenhada;
 - d. Indicação de exames de retorno ao trabalho e de mudança de cargo / função a



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

serem realizados;

- e. Assinatura do relatório efetuado pelo médico do trabalho responsável.

5.26. Elaboração de programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e mapa de risco

- I. Avaliação, elaboração, implantação, coordenação, assistência técnica ao desenvolvimento e emissão do relatório de avaliação dos resultados do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA compreendendo mapa de risco, com o seguinte formato:
- Completa descrição das ações preventivas, o tipo de EPI com o respectivo número do Certificado de Aprovação, em atendimento às normativas da NR-9;
 - Assistência técnica em Segurança do Trabalho, nas demandas internas e judiciais;
 - Medições em caso de riscos químicos e físicos a que estiverem expostos os servidores: vibrações, pressões, ruídos, temperaturas extremas, radiações ionizantes e não-ionizantes, poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores e iluminação;
 - O relatório a ser entregue deverá conter as seguintes informações:
 - Avaliação e reconhecimento dos riscos ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho (internos e externos);
 - Descrição e análise física das áreas que compõem a Prefeitura Municipal de Muqui;
 - Descrição e análise qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho;
 - Orientação sobre o uso de EPI's;
 - Elaboração dos mapas de risco, dimensionamento do grau de cada risco e indicação do local para fixação.

5.27. Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário.

- I. O PPP será preenchido pela CONTRATADA com base nos dados administrativos, funcionais que serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Muqui, e pelos dados médicos referenciados no laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

5.28. Exames Clínicos, Periódicos e Complementares

- I. Realização de exames clínicos e complementares de acordo com PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, para emissão de Attestados de Saúde Ocupacional (admissional, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional) dos servidores públicos municipais.
- II. Os exames a serem realizados serão os discriminados a seguir:

ITEM	ESPECIALIDADE
1	ASO - ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL
2	HM/PLAQ
3	VDRL



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4	HBSAG
5	ANTI-HBS
6	HCV
7	EAS
8	EPF
9	ESPIROMETRIA
10	AUDIOMETRIA
11	COPROCULTURAL – CTF
12	PARASITOLÓGICO – MIF
13	VIDEOLARINGOSCOPIA
14	TRIAGEM TOXICOLÓGICA
15	ÁCIDO HIPÚRICO
16	ÁCIDO METIL HIPÚRICO
17	ACUIDADES VISUAL
18	COLINESTERASE
19	RAIO X
20	ECG
21	PSA
22	GLICEMIA
23	ÁCIDO MANDÉLICO
24	CHUMBO
25	EEG
26	T3
27	T4
28	TSH

OBSERVAÇÕES:

Para cada finalidade (admissional, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional) o médico emitirá o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, em 3 (três) vias.

Durante a execução dos exames periódicos de saúde ocupacional, qualquer doença detectada, ou necessidade de avaliações clínicas / laboratoriais que não tenha relação com doenças ou acidentes ocasionados pelo trabalho ou atividade exercida pelo servidor examinado, esse será encaminhado para a rede pública de saúde - SUS ou para a rede suplementar de assistência à saúde do servidor, por não se configurar agravo de natureza ocupacional.

III. As providências para a realização dos exames periódicos serão adotadas no horário de expediente, sem qualquer ônus ou necessidade de compensação de horários por parte dos servidores, cabendo à contratada estabelecer cronograma para realizar os exames clínicos e complementares os mesmos serão realizados na sede da empresa contratada, respeitando o



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

horário de expediente de cada servidor, o local deverá obrigatoriamente ser no perímetro urbano de Iconha.

IV. O quantitativo de profissionais a serem disponibilizados pela contratada deverá ser em número compatível com a demanda surgida, de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, dentro do prazo estipulado.

V. A CONTRATADA deverá fornecer:

- a) Orientação para a realização dos exames previstos nos procedimentos técnico-científicos atualizados e os profissionais e/ou entidades devidamente capacitados, equipados e qualificados;
- b) Registro dos resultados dos exames clínicos e complementares, além das conclusões e a medida aplicada em Prontuário Clínico Ocupacional Individual.
 - As informações contidas no dossiê dos colaboradores devem ser tratadas em caráter confidencial;

Considerar-se-á concluído o exame médico periódico somente quando emitido o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO. O ASO é parte integrante do ato médico, e o profissional deve estar atento para as diversas implicações de natureza ética, de responsabilidade civil e penal envolvidas na emissão e na assinatura do documento.

2. ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Trata-se de serviço comum de engenharia, sem emprego de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, uma vez que todas as atividades a serem desenvolvidas se darão por pessoal técnico-profissional qualificado e habilitado, com registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- b) Certidão de registro/quituação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- c) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- d) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- e) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES);
- f) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes.

REQUISITOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Administração Pública e dá outras providências;
Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
Normas Técnicas e Legislações Vigentes, Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA).

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Foi realizada cotação de mercado com empresas especializadas no objeto em estudo, cuja prestação de serviço é compatível com a demanda do município. Como estimativa, além da cotação de mercado, tem-se como referência contratos anteriormente realizados pela própria municipalidade.

O serviço é de caráter comum e continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão em sua forma eletrônica, objetivando o Sistema de Registro de Preços (SRP).

Empresa	Serviço	Valor (R\$)
VS Construtora	contratação de empresa especializada em Gestão e Assessoria em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), para execução integrada dos serviços de adequação e cumprimento das Normas Regulamentadoras – NRs, elaboração dos documentos obrigatórios de SST, gestão de saúde ocupacional e emissão dos ASOs, execução dos treinamentos legais, bem como envio do evento S-2240 (Condições Ambientais de Trabalho e Agentes Nocivos) ao eSocial e assessoria no cumprimento da NR 23 (Proteção Contra Incêndios), com vistas à obtenção ou renovação do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo.	R\$15.000,00
Prevenir		R\$14.500,00
T&C Soluções e Engenharia		R\$16.000,00

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução técnica mais adequada consiste na contratação de empresa especializada, com equipe técnica qualificada e experiência comprovada na execução dos serviços descritos. Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

Alternativa	Descrição	Avaliação
Execução direta	Realização dos serviços com equipe própria	Inviável, em razão da indisponibilidade de equipe técnica e estrutura operacional adequada.
Contratação de equipes avulsa	Terceirização parcial de serviços	Inadequada, pois não garante a qualidade técnica e a conformidade com as normas, bem como não garante padronização dos serviços.



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Contratação de empresa especializada (proposta)	Empresa com capacidade técnica e experiência comprovada	Mais vantajosa, assegura qualidade, prazo e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.
---	---	---

Dessa forma, conclui-se que a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA é a solução MAIS EFICIENTE E ECONOMICAMENTE VIÁVEL.**

A solução proposta consiste na integração de todas as atividades relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho (SST) em um único contrato, centralizando as responsabilidades técnicas, operacionais e legais em uma empresa especializada. Essa abordagem permitirá:

- ✓ Gestão contínua e unificada dos riscos ocupacionais e ambientais;
- ✓ Planejamento integrado de ações preventivas;
- ✓ Comunicação eficiente entre segurança, medicina ocupacional e gestão de pessoal;
- ✓ Alimentação automática e precisa das informações ao eSocial (evento S-2240);
- ✓ Conformidade com todas as NRs vigentes, incluindo as relacionadas a ergonomia, EPIs, maquinário, eletricidade, construção civil, espaços confinados, entre outras.

Trata-se de uma solução completa de conformidade legal, prevenção e controle de riscos, com apoio técnico especializado e suporte administrativo contínuo. A CONTRATADA será remunerada por medição, mensalmente, tendo a CONTRATADA que apresentar relatório dos serviços realizados e demais registros que se fizerem necessário para comprovação da execução do escopo do objeto.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A estimativa de quantitativos foi estabelecida com base no quantitativo de funcionários do município, na quantidade de edificações de propriedade e alugadas do município, incluindo escolas municipais e unidades de saúde.

O detalhamento dos quantitativos encontra-se disposto na tabela abaixo.

Será calculada com base no número total de servidores/colaboradores a serem abrangidos e quantidade de unidades e edificações públicas envolvidas.

O valor estimado será com base em pesquisa de preços de mercado, com minimamente três cotações de empresas do mesmo segmento, observando-se os princípios da economicidade e vantajosidade da contratação.

O modelo de cotação fornecido pelo município na pesquisa é parte integrante deste documento de estudo.

Tabela 1: estimativa da contratação.

ESPECIFICAÇÃO	QUANT. ESTIMADA ANUAL
Elaboração do PGR (Bianual)	20
Elaboração do LTCAT (Insalubridade) (anual)	20
Elaboração do PCMSO (anual)	20
Assessoria com o E-Social Geração dos Arquivos e envio de remessa diretamente ao eSocial (Eventos S-2210, S-2220 e S-2240) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) (Remessa Mensal)	1400
Exame Clínico/Validação de Atestado/ASO - Atestado de Saúde Ocupacionais	250



MUNICÍPIO DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Treinamento Representantes da NR 05	6
Treinamento de uso de EPI	700
Assessoria para obtenção do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros (ALCB)	60
Treinamento de combate e incêndio e primeiros socorros	1800

Notas:

1 – Os documentos serão elaborados por secretaria, no caso das escolas e unidades de saúde, adivisão dos documentos serão estudadas posteriormente;

2 – Edificações para assessoria do ALCB, estimativa de quantidade considera-se todas as sedes das secretarias, escolas municipais e Unidades Básica de Saúde (UBS);

3 – O contrato deverá ser de 12 meses, podendo ser renovado por até 5 anos;

4 – Os exames complementares não são possíveis de serem previstos nesta etapa, pois os mesmos dependem da elaboração do PGR (reconhecimento de riscos) e do PCMSO;

5 – As quantidades do exame clínico (ASO) são meramente estimativas, a prefeitura irá pagar somente os ASOs realizados.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor global estimado da contratação é de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais). Os preços unitários estimados foram obtidos através da média dos valores obtidos com base em contratações similares realizadas pela Administração Pública e cotação de mercado, conforme apresentado no item 4 deste estudo.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento dos serviços permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução do objeto por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para objetos integrados em função da diluição dos custos administrativos e lucro.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

Esta aquisição está conforme os planos delimitados anualmente e de acordo com o orçamento para o exercício.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Espera-se que a contratação ora estudada garanta o atendimento integral às Normas Regulamentadoras vigentes; conformidade com o e-Social, com todos os eventos enviados corretamente e dentro dos prazos; redução dos riscos de autuações e passivos trabalhistas; regularização das edificações públicas quanto à NR 23 e obtenção das licenças obrigatórias e melhoria das condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Portanto, é evidente que os resultados esperados com a contratação justificam, sob os aspectos gerenciais, administrativos, financeiros e legais, a solução apresentada neste documento.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A execução dos serviços de SST, por sua natureza administrativa e técnica, não gera impactos ambientais diretos significativos.

Entretanto, podem ocorrer efeitos indiretos, como:

- ✓ Descarte de resíduos laboratoriais oriundos dos exames médicos;
- ✓ Utilização de materiais de escritório e deslocamentos de equipe. Como medidas mitigadoras, deverão ser adotados:
- ✓ Gerenciamento ambiental adequado dos resíduos por laboratórios credenciados;
- ✓ Digitalização de documentos e relatórios para reduzir o uso de papel;
- ✓ Planejamento logístico otimizado, evitando deslocamentos desnecessários e reduzindo emissões de CO₂.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Diante das análises apresentadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para gestão e assessoria completa em SST é estratégica e imprescindível para o atendimento das obrigações legais e para a manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Trata-se de uma solução técnica integrada, preventiva e de conformidade legal, que proporcionará:

- ✓ Segurança jurídica e institucional;
- ✓ Eficiência administrativa;
- ✓ Otimização de recursos públicos; e
- ✓ Proteção efetiva da saúde e integridade física dos servidores.

Assim, recomenda-se a contratação, considerando sua vantajosidade técnica, econômica e operacional, e sua aderência às exigências legais vigentes do Ministério do Trabalho e Emprego e do eSocial.

O presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta a elaboração do Termo de Referência e a abertura do procedimento licitatório, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Muqui - ES

17 de março de
2026

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Thais Gomes Rodrigues dos Santos Vieira
Assessora Técnica em Planejamento e Coordenação Administrativa

16. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO ETP:

Márcia Lopes Monteiro Lobato Fraga Possi
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos